

PUCViva

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

SINDICÂNCIA

MESMO SEM RESULTADO FINAL, REITORIA JÁ PUNE ESTUDANTES

A Reitoria instaurou neste início de ano um Processo Administrativo contra os alunos que ocuparam sua sede em 2007. A comissão processante é presidida pelo professor Rubens Arai, da Faculdade de Direito, e conta ainda com os professores Silas Guerriero (Teologia) e Eliana Faleiros (Direito). Os trabalhos começaram no início de janeiro, mas foram suspensos em razão do período de férias.

Ainda assim, mesmo sem resultado conclusivo, a Reitoria resolveu punir os estudantes que tiveram seu nome arrolado na ocupação. Bolsistas estão ameaçados de perder seus direitos, inadimplentes tiveram suas negociações vetadas e formandos não poderão efetuar a sua colação de grau.

A instauração do Processo Administrativo é resultado de uma Sindicância que operou entre os dias 3 e 26 de dezembro do ano passado. Segundo o Ato

da Reitoria nº 74/2007, a comissão sindicante, composta voluntariamente pelos professores Oswaldo Palotti (Direito), Adhemar Aparecido De Caroli (Fea) e Silas Guerriero (Teologia), cuidou em “apurar e caracterizar faltas disciplinares, supostamente praticadas por um grupo de alunos que se autodenominava OCUPAPUC”. Foi considerada a ocorrência de dano patrimonial, lesão corporal contra os seguranças da empresa Graber e dano moral à universidade que, segundo o documento, “teve seu nome amplamente divulgado na mídia de forma negativa”.

Conclusões da Sindicância

A Sindicância concluiu que, dentre as cerca de 200 pessoas que participaram da ação – como reconhece o parecer da própria comissão sindicante –,

nove estudantes selecionados como líderes do movimento deveriam ser punidos por meio de um processo administrativo.

Como noticiado no nº 644 do jornal *PUCviva*, em 17/12/2007, “os estudantes não foram ouvidos. Alguns deles protocolaram pedidos de remarcação da data do depoimento e esclarecimen-

CONTINUA NAS
PÁGINAS INTERNAS



Violência Urbana
é analisada na nova
publicação da APROPUC

Entenda o que foi a ocupação da Reitoria

O ano de 2007 foi marcado por tensões em torno da discussão sobre o processo de reestruturação da universidade, denominado Redesenho Institucional, pela gestão da reitora Maura Vêras. Tal processo prevê uma profunda mudança organizativa que altera todo o funcionamento da universidade. Desde o primeiro semestre do ano passado, os CAs, as associações de professores e funcionários solicitaram à Reitoria e à Cori (Comissão do Redesenho Institucional), formada por alguns conselheiros do Consun, que o processo fosse realizado de maneira ampla, agregando todos os membros da comunidade. Isso porque, durante todo o processo, a participação no Redesenho restringiu-se a contribuições pela Internet e pequenas palestras que não conseguiram agregar todo o conjunto de professores, funcionários e estudantes ou promover debates que contassem com vozes dissonantes.

Faltando apenas um mês para a votação no Consun, que definiria a linha a ser adotada para a reestruturação da universidade, a Cori organizou no dia 5/11/2007 uma audiência pública a fim de esclarecer as propostas de Redesenho selecionadas pela comissão. Ao longo de toda a audiência, que lotou o Tuca, os representantes das três propostas oficiais – simbolizadas pela própria Reitoria, FEA e Centro de Educação – recusaram-se a responder diversas questões levantadas pelo plenário.

Indignados com tal atitude, cerca de 500 estudantes presentes no Tuca retiraram-se da audiência e organizaram uma assembléia para decidir de que forma se mobilizariam frente ao Redesenho. Na assembléia os estudantes deliberaram por sair em ato pela universidade, a fim



No dia 10/11 a polícia invade o câmpus da PUC-SP

de declarar seu protesto contra os acontecimentos. Eis que em meio ao ato, de maneira espontânea, as centenas de estudantes resolveram ocupar a sede da Reitoria.

A Reitoria permaneceu ocupada durante cinco dias e, para que fosse

feita a desocupação, os estudantes reivindicavam a supressão do processo de Redesenho Institucional. O prédio acabou sendo desocupado por meio da força policial, violando um jejum de 30 anos desde a última invasão da PM no câmpus.

Nota da Redação

Recebemos, em dezembro, uma carta do presidente da Comissão Sindicante sobre a ocupação da Reitoria, professor Osvaldo Palotti Junior, que pede a publicação da mesma em atendimento ao “direito de resposta”.

No entanto, a referida carta não cumpre os requisitos expressos na regulamentação do direito de resposta (conforme o Art. 34 da Lei de Imprensa), não trata do assunto em pauta e ainda veicula ofensas pessoais. Por essas razões, consideramos inadequada e descabida a sua publicação – inclusive para preservar a tradição democrática e o bom nível político do jornal *PUCviva*.

Estamos abertos à publicação de respostas dos membros da Comissão Sindicante, desde que se atenham à crítica política de nossos artigos, sem que haja ofensa pessoal a professores desta casa, critério que a diretoria desta entidade segue à risca.

Para esclarecimento dos leitores, re-

produzimos a seguir as condições necessárias para o exercício do “direito de resposta”.

Art. 34. Será negada a publicação ou transmissão da resposta ou retificação:

I - quando não contiver relação com os fatos referidos na publicação ou transmissão a que pretende responder;

II - quando contiver expressões caluniosas, difamatórias ou injuriosas sobre o jornal, periódico, emissora ou agência de notícias em que houve a publicação ou transmissão que lhe deu motivos, assim como sobre os seus responsáveis, ou terceiros;

III - quando versar sobre atos ou publicações oficiais, exceto se a retificação partir de autoridade pública;

IV - quando se referir a terceiros, em condições que criem para estes igual direito de resposta;

V - quando tiver por objeto crítica literária, teatral, artística, científica ou desportiva, salvo se esta contiver calúnia, difamação ou injúria.

PUCviva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.
Afapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 - Sala CA 02 - Fone: 3670-8208.
PUCviva: 3670-8004 - **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCviva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo

Sub-editor: Leandro Divera

Reportagem: Jaqueline Nikiforos e Filippo Cecilio

Fotografia: Marcela Rocha e Bruna Campos

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração:

Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

MESMO SEM RESULTADO FINAL, REITORIA JÁ PUNE ESTUDANTES

tos à Comissão Sindicante, pois o telegrama que lhes fora enviado como convocação não apresentava o teor do processo. A Comissão, porém, julgou que poderia encerrar os seus trabalhos sem ouvir os principais acusados, que, segundo o professor Osvaldo, tiveram oportunidade de se expressar. Tal procedimento contradiz o estatuto da PUC-SP, que em seu artigo 134 afirma que 'nas sindicâncias deve ser ouvido sempre o indiciado, que tem o direito de indicar os elementos ou provas de interesse de sua defesa'. Ainda segundo o Regimento Geral da Universidade, em seu artigo 187, 'Colhidas as informações necessárias (...) deverá ser ouvido o sindicato, que poderá apresentar provas no ato ou no prazo máximo de três dias'".

Os professores membros da Comissão Sindicante ainda opinaram pela instauração de Sindicância contra a Diretora da Faculdade de Serviço Social, Maria do Socorro Reis Cabral, por não ter autorizado a entrega dos prontuários de estudantes do curso de Serviço Social à Comissão, que desejava obter dados sigilosos sobre os planos de estudo destes estudantes.

O que está por vir

O recém-instaurado Processo Administrativo trabalhará a partir de 11/2 em apontar os estudantes responsáveis pelos da-

Vozes dissonantes são as mais visadas por Sindicância

Dos nove estudantes relacionados no processo de sindicância como passíveis de processo administrativo, três pertencem, ou já pertenceram, à redação do *PUCviva*.

Os alunos, além de sua participação no movimento estudantil, cumpriam, no momento da invasão policial, serviços referentes à atividade jorna-

lística para a qual são contratados. Não foi este, no entanto, o entendimento da Comissão Sindicante e da Reitoria, que demonstram uma inequívoca intenção de fazer calar, através de penalizações acadêmicas e econômicas, qualquer voz que se levante contra suas posições.

nos elencados no Processo de Sindicância, podendo sugerir uma pena aos culpados, que pode ou não ser acatada pela Reitoria. Para tanto, a Comissão Processante se utilizará de fotos da ocupação e testemunhos de seguranças da Gruber e da assessora da Vice-Reitoria Acadêmica Maria Clotilde Biron Sant'anna. Durante o processo, a Comissão deverá também convocar os estudantes para depor, que poderão estar acompanhados de seus advogados, como garante o estatuto e o regimento da universidade.

Além de um Processo Administrativo, três dos nove estudantes apontados como líderes ainda terão de se preocupar com um Processo Cível, que diz respeito ao ato de reintegração de posse, ocorrido na madrugada do dia 10/11/2007. Mas isso não é tudo. Durante a segunda quinzena de janeiro, os mesmos três estudantes receberam intimações para um depoimento no 23º DP, em Perdizes, o que anuncia a possibilidade de um Processo Criminal.

Bolsas liberadas temporariamente

Em princípio, a Reitoria negou a 21 bolsistas o direito de se matricular para o primeiro semestre letivo de 2008. Contudo, de acordo com a professora Célia Forghieri, assessora da Vice-Reitoria Comunitária, em virtude do adiamento dos trabalhos da comissão processante, as bolsas serão mantidas até que haja um parecer definitivo. Em caso positivo, os alunos poderão perder as suas bolsas de estudo a qualquer momento.

Outra forma de punição é a suspensão de qualquer negociação com os alunos inadimplentes. Os estudantes relacionados pela Polícia na madrugada do dia 10 de novembro, ao chegarem ao Setor de Alunado, encontraram seus nomes marcados, negando-se a eles qualquer tipo de negociação de sua dívida, permitindo somente o pagamento à vista do débito pendente.

Conselho aprova ajustes no orçamento

Uma pauta extensa e demorada marcou o último Conselho Universitário (Consun) de 2007. As discussões mais polêmicas ficaram por conta do orçamento para 2008 e do processo de Redesenho Institucional, paralisado desde a ocupação da Reitoria, que reivindicou a supressão do projeto em novembro do ano passado.

A proposta de orçamento apresentada pela Reitoria para o ano de 2008 indica um superávit da operação financeira de R\$ 3,467 milhões. Mas esses números mudam de figura quando, ao final do demonstrativo, aparecem os incômodos "esqueletos" de dívidas que a universidade tem com os professores, valores que o vice-reitor administrativo Flávio Saraiva adiantou que não têm a mínima possibilidade de pagamento em 2008.

São R\$ 7 milhões referentes ao dissídio de 2004, mais R\$ 28,810 milhões referentes aos 7,66% de 2005, que desde aquele ano deveriam estar incorporados aos salários docentes. Esses números, somados aos R\$ 4,263 milhões destinados a investimentos em construção e reparação dos prédios da universidade, acabam levando a um déficit de R\$ 36,606 milhões.

O dilema dos conselheiros ficou entre aprovar o orçamento sem as dívidas – a exemplo do que ocorreu em 2007 –, aprovar o orçamento com todo o déficit originado pela dívida (o que poderia acarretar num bloqueio por parte do Conselho de Bispos da Fundação São Paulo), ou ainda a proposta feita pela professora Madalena Peixoto: uma planilha que contemplasse a dívida de R\$ 7 milhões do dissídio de 2004. A proposta da professora Madalena foi aprovada, redundan-

do na apresentação de um projeto de orçamento com um déficit da ordem de R\$ 8 milhões. Resta saber se a Fundação São Paulo deixará passar tal proposta.

Nos números que apresentou ao Consun, a Reitoria prevê reajuste de 4,2% para professores e funcionários (segundo estimativa do Dieese), mas os alunos teriam aumento de mensalidade na ordem de 5,95%. O valor destinado sofreria corte de R\$ 1,647 milhão, mas a reitora Maura Veras garantiu que as bolsas filantrópicas não sofreriam redução – a diminuição, mais uma vez, ficaria por conta das bolsas-dissídio. A verba destinada às bolsas de pesquisa docente também seria reduzida em R\$ 130 mil.

Redesenho

Já no final da sessão os conselheiros trataram novamente do

Redesenho Institucional. Um novo cronograma foi estabelecido. As datas são: 27/2 – Consun ordinário; 29/2 – fim das discussões e do envio de sugestões e alterações nas propostas à Cori; 07/3 – Consun extra para divulgação da sistematização das propostas, feita pela Cori; e 10 a 14/3 – Nova discussão com a comunidade, acerca da sistematização, última oportunidade para adendos nas propostas; 19/3 – Consun para discutir um esquema-guia a partir das convergências existentes e debruçar os esforços sobre as divergências; 26/3 – decisão final e aprovação de disposições transitórias. Ficou decidido, por fim, que a Cori ganhará o reforço de mais duas pessoas para ajudar nas tarefas, ambas conselheiras do Consun. Os nomes ainda não foram definidos, pois será necessário verificar a disponibilidade e o interesse de cada conselheiro em participar.

PUC-SP realiza segundo vestibular

Na próxima semana acontece o vestibular de fevereiro da PUC-SP. A prova ocorre na segunda-feira, 18/2, e a primeira chamada acontece já na sexta-feira, 22/2.

Este vestibular visa preencher 425 vagas, em cursos como Pedagogia, Fonoaudiologia, Letras e Serviço Social, entre outros, que não completaram suas turmas. Até agora, o número de matrículas cresceu em relação ao ano de 2007, assim como na maioria das faculdades particulares. Mas esse número, segundo informou a coordenadora do vestibular Ana Zillochi, ainda não correspondeu ao acrésci-

mo de 25% registrado no processo vestibular.

Segundo a professora Dieli Vesaró Palma, assessora da Vice-Reitoria Acadêmica, ainda não é possível ter um quadro definitivo das vagas, em função principalmente das matrículas nas universidades públicas.

Até a semana passada, o preenchimento das vagas mostrou-se acima do esperado em algumas faculdades, como Serviço Social. Outras, como a Comfil, apresentam cursos com sérios problemas de vagas ociosas, obrigando professores a reverem seus contratos de trabalho.

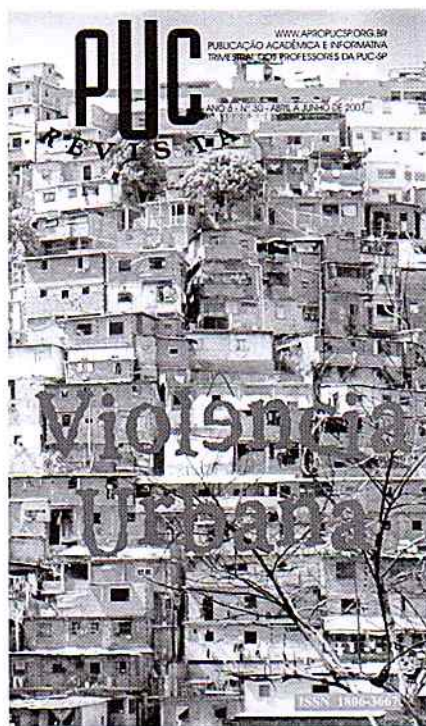
Novo número da *Revista PUCviva* debate violência urbana

Os professores associados à APROPUC já estão recebendo em suas casas a *Revista PUCviva* nº 30, cujo tema central é a violência urbana. A revista conta com artigos de professores, estudantes e pesquisadores de núcleos da graduação e pós-graduação da PUC-SP, como os de Violência e Justiça, Pobreza e Desigualdade, Família e Sociedade, e o de Relações de Trabalho, na graduação da Faculdade de Serviço Social. No setor de pós-graduação desta Faculdade, também participou o núcleo Criança e Adolescente.

A publicação também conta com artigos do Núcleo de Sociabilidade Libertária, do pós em Ciências Sociais, do projeto de extensão Refazendo Vínculos, Valores e Atitudes e de professores das faculdades de Psicologia, Ciências Sociais, Direito e Educação Física da PUC-SP. Participam ainda docentes da USP, além de juristas, militantes sociais, psicólogos e jornalistas que interagem cotidianamente com a questão social, seja na definição de políticas ou no âmbito dos movimentos sociais.

Violência e capitalismo

A revista conduz um debate teórico e político sobre o estado destrutivo da violência urbana. Para Bia Abramides, diretora da APROPUC e do Núcleo de Relações de Trabalho da Faculdade de Serviço Social, “a lógica destrutiva do capital, que recai sobre



os trabalhadores e seus filhos, é agravada pela cultura da chamada 'pós-modernidade', que imprime o irracionalismo, o presentismo, o efêmero, o fugaz, o preconceito, a xenofobia, a intolerância e o individualismo, que violentam e degeneram substancialmente as relações de sociabilidade humana”.

Em seu editorial, o diretor da APROPUC Erson Martins de Oliveira, destaca que “é necessário combater a inversão da verdade e sua versão ideológica. A violência urbana é produzida e praticada pela burguesia e seu Estado. O tráfico e o contrabando fazem parte do mercado e das relações de trabalho. O desemprego e a miséria empurram contingentes de jovens para os negócios da fração burguesa narcotraficante. Alta concentração de riqueza e luxuosa vida burguesa; disseminada miséria e carência de tudo.

Essa realidade divide e enlaça minoria e maioria”.

Redução da idade penal

Em seu artigo, o jurista e professor da USP Dalmo de Abreu Dalari conclui que a redução da idade trará mais prejuízos que benefícios à sociedade, pois jogará definitivamente no mundo da criminalidade adolescentes que, de outra maneira, poderiam ser preparados para uma convivência pacífica e respeitosa. A redução da idade penal também é discutida pela professora Maria de Lourdes Trassi, da Faculdade de Psicologia da PUC-SP.

O jornalista Dogival Vieira, militante da causa negra, traça um painel da violência racial no país, comparando o bairro de Capão Redondo, na periferia de São Paulo, ao Vietnã dos anos 1960.

Entre muitos outros, destacam-se ainda os professores Willis Santiago, que discute Direito e violência; Francisco Fonseca, que analisa os alcances e limites das políticas de segurança pública, e Isaura Isoldi, que aborda a violência contra a mulher.

Cultura Crítica

O evento de lançamento da *Revista PUCviva* acontece nas próximas semanas, com data a ser noticiada por este jornal. Uma nova edição da revista *Cultura Crítica* também será publicada em breve. Desta vez, o periódico estará centrado na discussão do conto brasileiro.

Rola na rampa

Planos para a recepção dos calouros

Diversas atividades de recepção aos novos estudantes ocorrerão nesta primeira semana do ano letivo. OCCA (Conselho de Centros Acadêmicos) planeja uma palestra que explique aos novatos a atual situação da universidade em que entram. Além disso,

cada Centro Acadêmico tem suas próprias atividades programadas, dentre elas aulas públicas, palestras e atividades de integração. A Reitoria não deve promover este ano uma recepção centralizada aos calouros, ficando para cada unidade a programação de seus eventos.

Atrasos do salário

Mais uma vez, nesta quinta-feira, quinto dia útil do mês, os salários de professores e funcionários sofreram um pequeno atraso. Ouvida pelo *PUCviva*, por volta das 16 h, a coordenadora da Divisão de Recursos Humanos Angela Rena informou que os valores, àquela altura, já estavam sendo creditados a professores e funcionários. Porém, como o depósito é feito por etapas alguns professores ainda não haviam recebido seus salários após o encerramento do expediente bancário.

Nu-Sol de volta à TV PUC

O Nu-Sol (Núcleo de Estudos de Sociabilidade Libertária), do pós em Ciências Sociais, está de volta à TV PUC, via Canal Universitário, com seu já conhecido programa *Ágora, agora*. O tema do primeiro programa foi So-

cidade de controle: irremediavelmente inclusivos. Nas próximas semanas estréia um novo programa, com o título *Para que servem as prisões?*. Mais informações podem ser encontradas em www.nu-sol.org.

Novo número da *Rever* disponível na Internet

A nova edição da *Rever* (Revista de Estudos da Religião), intitulada "*Religião Sem Igrejas: Pluralidade no Processo – Da Desregulação Religiosa na Contemporaneidade*" está disponível para leitura na Internet. A publicação foi organizada por Cecília Loreto Mariz (UERJ) e Roberta Bivar Carneiro Campos (UFPE). A íntegra da publicação pode ser encontrada no endereço www.pucsp.br/rever.

PUC-SP lamenta perda de personalidades históricas

Faleceu no dia 24/1, aos 91 anos, o músico Antônio Rago, pai do professor Antônio Rago Filho, coordenador do Núcleo de Estudos de História: Trabalho, Ideologia e Poder da PUC-SP. Rago foi um músico incrivelmente criativo, autor de mais de 400 músicas. Filho de italianos, nascido na Bela Vista (Centro), Rago começou a estudar violão aos 15 anos. Pouco depois, juntou-se ao Regional (conjunto de música popular) de Armando Neves, o Armandinho, que se apresentava no rádio. Ao longo dos anos, seus acordes acompanharam

nomes como Silvío Caldas, Francisco Alves e Aracy de Almeida. Quando o Regional perdeu força na capital, Rago passou a tocar em rádios de Santos. Morreu também Dom Cândido Rubens Padim, bispo beneditino, de 92 anos de idade. Nascido em São Carlos, no interior de São Paulo, foi fundador e presidente de honra do Instituto Jacques Maritain. Acompanhou o surgimento da PUC-SP em 1946, e foi vice-reitor da universidade. Era doutorado em Filosofia e advogado formado pela USP em 1938. Foi diretor da Faculdade São Bento.

Instalação de novo software complica rematrículas

Muitos estudantes da PUC-SP foram surpreendidos nesse começo de 2008 com a não confirmação de sua matrícula para o ano letivo, mesmo tendo pago a mensalidade de janeiro dentro do prazo estipulado, o que automaticamente garante a rematrícula. Segundo o funcionário Anselmo Antônio da Silva, o problema todo se deu por uma falha administrativa operacional ocorrida durante a troca do sistema de informática da universidade, já que o atual SIGA está sendo substituído por um novo chamado RM. Segundo Anselmo, esse

novo programa é o primeiro passo para a implementação da secretaria unificada, um dos planos da Reitoria para reestruturar a universidade. De acordo com ele, apenas no seu setor cinco funcionários já foram demitidos, sem haver reposição. Anselmo disse ainda que com o início das aulas o caos tende a se repetir, já que muitos alunos não sabem que não tiveram suas matrículas validadas. O *PUCviva* procurou o pessoal do SIGA para ouvir sua versão dos fatos, mas não encontrou ninguém até o fechamento dessa edição.